

6

A crise da democracia e violência política - impactos e a vitimização

Gabriel Isique Bacal

Cientista Político e Assistente de Relações
Governamentais. Formado em Ciências Políticas com
especialização em Política e Governo pela Universidade
Estadual da Califórnia em Northridge / California State
University Northridge

Data do envio: 10.12.2023
Data da aceitação: 10.12.2023

doi.org/10.58725/rivjr.v2i1.68

RESUMO

Cientistas políticos em todo mundo estão muito preocupados com a instabilidade política e social desta década, uma existência com múltiplas crises domésticas e globais. Há diferentes visões no campo de micro condições, mas há consenso por exemplo na crise da Democracia e o crescimento da violência política. Estas condições elevam o número de problemas a serem enfrentados, em especial regulamentação abusiva e persecutória contra a iniciativa privada e infração de direitos constitucionais e humanos a diversas partes da espécie humana e suas sociedades. Este processo danoso constrói de maneira tanto coletiva como individual, traumas de vitimização porque as populações e suas instituições estão sendo prejudicadas por abuso de poder público, excessiva difamações e desinformações, e fomento de perseguição e violência. Assim nos tornamos vítimas (diretamente e indiretamente) de agentes públicos, grupos e indivíduos com finalidade exclusiva de projetos de destruição e intensificação da crise com piora clara na qualidade de vida. O texto não pretende apontar dedos e nem termos preferências políticos. Este texto apenas focará em identificar e responder a uma crise catastrófica múltipla de âmbito político que prevalece e se autodetermina pela divisão social, hiperpolarização binária, uso da violência, disfunção institucional/social e econômica, e tempo político em limbo ou paralisado. Neste artigo científico serão abordados quatro fatores interconectados a crise democrática e a violência política acelerada: porque entender as bases e complexidades da crise promovem caminhos solúveis eficientes, os processos de vitimização e trauma no tema para todos, os obstáculos e estratégias possíveis neste ambiente para instituições (tanto privadas como públicas) e sociedades, e o porquê de confrontarmos esta crise.

Palavras-chave: Democracia, Infinitismo, Radicalização, Trauma; Violência.

ABSTRACT

Political Scientists are concerned about this decade's political and social instability worldwide. There are multiple crises domestically and globally. Also, there are different visions and perspectives in micro conditions, but there is consensus in the macro paradigm for example in the Democratic Crisis and the increase of political violence. This condition elevates the number of problems to be confronted, especially abusive and persecutory regulations against the private sector and violations of constitutional and human rights from various parts of the human being species and its societies. This damage in the process creates traumas and victimization both

in individual and collective forms because populations and institutions are being harmed by abuse of political power, excessive defamations and misinformation, and incentives for persecution and violence. Therefore, we as a society have become victims (directly and indirectly) of public officials, groups, and individuals, whose finality is to promote a project of destruction and the intensification of the crisis with a lower quality of life. This text does NOT intend to point fingers or to defend a political preference. The text is only focused on identifying and answering these catastrophic multiple crises based on a political level, that prevails and self-determines some aspects like social division, binary hyperpolarization, use of violence, socio-economic and institutional dysfunction, and the political time paralyze. This scientific article will cover four interconnected factors on the issues of Democratic crisis and the intensification of political violence in our time: why it is important to understand the bases and complexities that formed the crisis to respond to it with efficient approach ways; the victimization process in this matter for all; the obstacles and possible strategies in this chaotic environment for societies, and public and private institutions; and why we should confront this crisis.

Keywords: Democracy, Infinitism, Radicalization, Trauma; Violence.

RESUMEN

Científicos políticos en todo el mundo están muy preocupados por la inestabilidad política y social de esta década, una existencia con múltiples crisis domésticas y globales. Hay diferentes visiones en el campo de las micro condiciones, pero hay consenso, por ejemplo, en la crisis de la democracia y el crecimiento de la violencia política. Estas condiciones aumentan el número de problemas a enfrentar, especialmente la regulación abusiva y persecutoria contra la iniciativa privada y la violación de derechos constitucionales y humanos en diversas partes de la especie humana y sus sociedades.

Este proceso perjudicial construye traumas de victimización tanto de manera colectiva como individual, porque las poblaciones y sus instituciones están siendo afectadas por el abuso de poder público, difamaciones excesivas y desinformación, así como el fomento de la persecución y la violencia. Así nos convertimos en víctimas (directa e indirectamente) de agentes públicos, grupos e individuos con la exclusiva finalidad de proyectos de destrucción y la intensificación de la crisis con una clara empeoramiento en la calidad de vida. El texto no pretende señalar con el dedo ni tener preferencias políticas. Este texto se enfocará únicamente en identificar y responder a una crisis catastrófica múltiple de alcance político que prevalece y se autodetermina mediante la división social, la hiperpolarización binaria, el uso de la

violencia, la disfunción institucional/social y económica, y el tiempo político en el limbo o paralizado. En este artículo científico se abordarán cuatro factores interconectados a la crisis democrática y a la acelerada violencia política: comprender las bases y complejidades de la crisis promueve caminos solucionables eficientes, los procesos de victimización y trauma en el tema para todos, los obstáculos y estrategias posibles en este entorno para instituciones (tanto privadas como públicas) y sociedades, y el porqué de enfrentar esta crisis.

Palabras clave: Democracia, Infinitismo, Radicalización, Trauma; Violencia

INTRODUÇÃO

Democracias estão em crise e a violência normalizada e crescente na política, um cenário de múltiplas crises. Isso ocorre porque há vulnerabilidade na sociedade e em suas individualidades para garantir qualidade de vida. Tudo está ameaçado. Indivíduos, grupos, instituições públicas e privadas enfrentam fragilidades e perdas de reconhecimento, como também problemas de relação. O surgimento da busca por poder a qualquer custo promove vítimas na nossa humanidade, com ilusões e agressividades. A crise democrática e a violência política são diagnósticos de uma situação que devemos encarar seriamente.

Para compreender esta instabilidade social e política, é fundamental uma análise de quatro fatores principais: por que de confrontarmos esta crise, a importância da identificação das bases e complexidades, os processos de vitimização e trauma relacionados aos dois problemas, e os obstáculos e estratégias possíveis neste clima para instituições privadas e públicas e sociedades civis. É importante, antes de iniciar todos os pontos mencionados, dizer que este artigo não foca em preferências políticas. Este texto apenas tem objetivo de identificar e responder às múltiplas crises e projetos de destruição de âmbito político. Não é exagerado ou dramático falar sobre o perigo que ela promove, mas é possível argumentar que ela sim pode ser resolvida.

1. Metodologia

Este texto apresenta uma abordagem metodológica embasada em aspectos das ciências políticas, Democratic Studies, vitimologia e infinitismo. Esses fundamentos serão aplicados por uma métrica científica na compreensão do problema em questão. As ciências políticas desempenham um papel crucial nesse processo científico, abrangendo um amplo espectro de áreas como estudos democráticos, administração pública, políticas públicas, análise comparativa e de comportamentos, entre outras. O artigo propõe a aplicação de regras estatísticas, análises econômicas, modelos cíclicos, inferências descritivas, análises de comportamento político, ética social, análise de custo-benefício e óticas gerais, buscando compreender os desafios políticos, culturais e socioeconômicos. Através dos estudos democráticos, serão analisados modelos e tendências sobre suas estruturas. Já na vitimologia, serão focados os padrões de trauma e vitimização. Por último, o infinitismo aplicado terá uma abordagem relevante para a compreensão do ambiente

que vivemos e suas manifestações, pois fornece uma visão epistemológica baseada no número infinito (∞). Isso oferece uma lógica fundamentada para abordar problemas complexos e difíceis de maneira integrada. A prática infinitista se torna essencial ao enfrentar entendimentos existenciais que muitas vezes carecem de simplificação, especialmente diante da contradição, profundidade e principalmente complexidade da vida, morte e da própria existência humana.

2. Por que de confrontarmos?

Desde meados das décadas passadas, líderes com discursos extremistas, populistas, anti-establishment ou reacionários ganharam força. Eles alcançaram posições de poder por meio de eleições democráticas ou em períodos de instabilidade social e política em várias nações, como Brasil e Estados Unidos. A maior parte desse turbilhão ocorreu entre 2010 e 2020, influenciados pela recessão e subsequente a Pandemia de COVID-19. Estamos agora numa segunda fase deste momento crítico. O descontentamento e a falta de confiança nos sistemas políticos, na representatividade e nas políticas públicas foram os principais motores para a ascensão desses líderes e movimentos. A narrativa de que "os outros" representam uma ameaça e que esses líderes não seguem as normas da política profissional, foram essenciais para suas vitórias eleitorais. Apesar disso, foram cometidas várias violações legais, abusos de poder e a disseminação de desinformação digital. Também os grupos chamados Radicals que são minoritários e distantes do poder, também influenciam hoje intensamente narrativas de descredibilização histórica e sistêmica, dogmatismo e descontextualização de informações em espaços tradicionais e nas redes sociais. Outras questões podem ser listadas neste contexto como: o discurso de despolitização, a descrença na política, a busca por salvadores, o culto à personalidade, a atribuição dos problemas às minorias em vez de questões econômicas, o revisionismo histórico e a idealização de um passado nacional glorioso inexistente, o fascínio pela violência, a ênfase no armamentismo e a radical redução do Estado por meio da destruição de políticas debatidas e implementadas, as reações às condições econômicas precárias, a resistência à crescente diversidade de identidades e tradições pelas mudanças culturais recentes. Tudo isso reforçou o ressurgimento de grupos de extrema-direita junto ao conspiracionismo, militarismo e fundamentalismo religioso. Este contexto fortaleceu também casos de ameaças, agressões, manifestações em redes sociais e marchas, além de carnificina como nos casos de um assassinato em um aniversário com tema político, diversas denúncias de antisemitismo e islamofobia após o

dia 7 de outubro de 2023, e principalmente nos eventos da insurreição ao Capitólio em Washington, DC no dia 6 de janeiro de 2021 e o golpe contra os três poderes no dia 8 de janeiro de 2023 em Brasília. Esses não são apenas crimes, depredações, e terrorismo doméstico e global. Eles são também formas de violência política. Outros reflexos trazidos são padrões da crise na democracia como discursos de ódio, negacionismo, tribalismo crescente, hiperpolarização, limbo ou paralisação do cenário político, binarismo e questionamento dos processos democráticos e eleitorais.

Os fundamentos da crise democrática produziram violência política. Ela é usada para acabar com as democracias e suas manifestações em meio político e determinam o que viveremos. Como dizia o cientista político Stephen Skowronek, o “tempo político” determina a influência de presidentes e políticos em determinadas eras ou momentos, e os atores com seus significados e interesses, meios e condições. Essas estruturas impõem as qualidades do período que viveram politicamente a si e a sociedade (Skowronek, 2008-2011). Por isso, precisamos confrontar porque a situação não mudará e os prejuízos permanecerão. Mais do que isso, a maneira como tanto lideranças políticas, comportamento de instituições e corporações grandes, e as próprias populações determinam a trajetória de permanência ou caos. O economista John Maynard Keynes em seu livro “As Consequências Econômicas da Paz”, já argumentava o diferencial de aplicações dos Estados Unidos em comparação com a Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial, de não ter enfrentado as mesmas vivências e de prever diferenças para momentos seguintes entre os países como nas décadas de 1930 e 1940. Isso ocorreu devido a resposta governamental focada no bem-estar social, na boa aplicação de recursos e comunicação, e na resiliência, ao invés do ódio (Keynes, 1919).

O que vemos hoje é o que os professores de ciências políticas da Harvard University, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, descrevem como crise democrática, em seu livro “Como as Democracias Morrem”. Eles definem os seguintes critérios para argumentar o fenômeno: a rejeição ao comprometimento das regras democráticas do sistema; a negação da legitimidade de opositores políticos; e o mais grave que é a tolerância ou incentivo a violência política. Ou seja, o objetivo da crise é promover democracias iliberais e fragilizadas ou autocracias. Complementa-se que Democracias morrem e a violência persiste quando crises não são solucionadas. Assim, seus poderes exclusivos mais recorrentes prevalecem maior populismo de lideranças e menos confiança nas instituições (Levitsky & Ziblatt, 2018). O que vivemos, segundo o livro, é um alerta a nossa sociedade

sobre como as democracias estão ameaçadas e podem ter fim. Porém, a crise da democracia não é novidade, revelando problemas de longa data.

Na Grécia Antiga, especialmente em Atenas, a versão clássica fundada nas ideias de Clístenes e nas tradições homéricas, demonstrava múltiplas crises pela fragilidade entre mito e filosofia, tradições e a busca pela verdade objetiva. Nos livros “Four Texts in Socrates” e “A República”, Sócrates expressava desconfiança do processo democrático e tristeza pela rejeição popular da época pela jornada de razão e filosofia, solução para o sistema. Platão não só compartilhava isso como também ilustrou diversas histórias de Sócrates e sua punição final, evidenciando a instabilidade do sistema democrático e do comportamento humano persistente após crises em várias esferas. A humanidade, por Platão revela-se consumida por ódio, alienação, vaidade, egoísmo, poder e, principalmente, ignorância. Tais questões persistem na defesa de Platão pela sofocracia ou governo dos filósofos reis, visto que a maioria prefere prazeres superficiais ou a manutenção de estruturas de poder (Aristófanes & Platão, A.C, 1998) & (Platão, A.C, 2021). Os mesmos desafios ecoaram na atual democracia representativa iluminista e liberal, agora não direta.

Em sua nova forma, a Democracia volta a ser uma preocupação na sua idealização como também na prática. Em “História do Pensamento Econômico” de Hunt, “A Metafísica dos Costumes” de Kant, na “Ética” de Spinoza assim como em “A Riqueza das Nações” de Adam Smith, todas apresentam bases de uma história iluminista crítica aos abusos de poder e de períodos históricos, ao mesmo tempo que revelaram o ressurgimento da Democracia no mundo contemporâneo. Mostram lutas presentes contra o absolutismo e críticas a concentração de poder, aos monopólios, plutocracias, aristocracias e ao rentismo improdutivo. A democracia nasce dessa insatisfação com condições de vida e direitos, rompendo com um modelo político-econômico e cultural que reprimia pensadores e perpetuava desigualdades (Hunt, 1979), (Smith, 1776), (Kant, 1797) & (Spinoza, 1677). Isso se repetia no Brasil, nas Américas Hispânicas, como também no Reino Unido, Inglaterra e em sua maior colônia produtiva, os Estados Unidos da América (EUA). Os pais fundadores dos EUA na busca por independência e formação de uma país federalista e principalmente com base democrática, fizeram da vivência desafiadora inicial um aprendizado para a construção idealizada do país que iriam lutar e construir. É possível criticar a falta de diversidade inicial e suas origens além de certas oligarquias. Mas, foi da bravura contra o aumento de impostos, a extração de recursos, a repressão e as perdas de direitos sob a centralização do rei, que se baseou

o documento que fomentaria seus preceitos democráticos, “O Federalista” ou “The Federalist Papers” de James Madison, Alexander Hamilton e John Jay. Muitas argumentações serviram de princípios para a Constituição. No entanto, revelam mesmo em regras contraditórias e questionáveis impostas sobre seu regime democrático, uma preocupação real antiabsolutista ou através da eficiência central da ideia de presidência. Além disso, foram pensados uma divisão de poderes que fortalecessem o capitólio e criassem os novos processos jurídicos junto a freios e contrapesos bem estabelecidos, o direito ao voto e a igualdade das federações. Porém, havia também o receio contra demagogos via decisão popular. O medo era grande de manipulação e desinformação populista a ponto de colocar em risco a Democracia. É possível criticar os Electoral Colleges e a visão oligárquica imposta, e até mesmo a desvalorização da voz popular que referiam. Todavia, este conceito é um ponto histórico importante da fragilidade democrática. Como nas falas de Platão, o quarto presidente dos EUA, James Madison suspeitava do envolvimento emotivo e da falta de consciência sobre aspectos políticos e governamentais, de oportunidades e educação para maioria e de uma boa orientação crítica e moral, das pessoas com líderes e idolatras (Madison, Jay & Hamilton, 1788). Assim, é possível questionar a durabilidade e a condição universalizada da Democracia e de condições essenciais. O modelo também foi criticado por Nietzsche e Foucault por criar construções humanas não necessariamente absolutas. Embora, alguns defendam tecnocracias diante da democracia, o sistema democrático busca por estabilidade ou pelo melhor contrato social possível, argumento de Maquiavel e Hobbes. Isso é vital para participação, relações sustentáveis, leis, melhorias universais, busca pela liberdade e equidade evitando o caos e trauma para uma vida melhor, mesmo que a Democracia seja frágil. Um valor fundamental na Democracia comparado a outros sistemas é que também permite com que a sociedade e cada ser humano possam focar em suas preferências, poder escolher suas motivações de vida, assegurar suas condições e necessidades básicas, e lutar por seus direitos, além de participar do processo de solução de seus meios de vida.

I. BASES E COMPLEXIDADES DA CRISE DA DEMOCRACIA E VIOLÊNCIA POLÍTICA

Pela abordagem de um tema que é muito questionado em seus nuances, cientistas políticos compartilham a mesma preocupação e compreensão mesmo que em suas causas e resultados exista discordância. É um fato a existência crise da democracia e uma de suas principais consequências, a violência de caráter político. Com base em algumas descrições do Journal of

Democracy em dois conjuntos de artigos, especificamente “Is Democracy in Decline?” e “Democracy and Political Violence”, e na descrição do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), podemos concluir que a Democracia Liberal é um sistema de governo em que os cidadãos elegem representantes periodicamente por meio de eleições livres e justas, com limites de tempo de mandato e eleitos por maioria de 50% mais um voto. Este modelo permite que os civis expressem livremente suas opiniões, respeitando as diferenças. A importância de ter múltiplos candidatos possibilita a apresentação de ideias opostas e pluralidade de pensamentos e preferências, tendo assim um governo e uma oposição, bem como a esquerda, direita e centro. O sistema é caracterizado pela divisão de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário com instituições e leis definidas para garantir o Estado de Direito. A Democracia Liberal estabelece direitos e responsabilidades em equidade para toda a sociedade com mecanismos de freios e contrapesos que impedem a concentração excessiva de poder e checagem e equilíbrio entre elas (TRE-SP, 2023), (Journal of Democracy, 2022) & (Journal of Democracy, 2023). A Democracia também em sua natureza procura a redução da violência política.

As democracias e os processos de Democratização favoreceram uma série de condições como: maior estabilidade econômica em comparação com outros sistemas; ascensão e/ou mobilidade social com redução das desigualdades sociais e econômicas; melhor construção de um conjunto de políticas públicas para toda a diversidade e áreas das sociedades; maior crescimento dos produtos internos brutos (PIB) e distribuição de riquezas; fortalecimento de salários e rendas; redução da miséria e níveis de extrema pobreza; controle da inflação e manutenção dos juros; expansão e fluidez das relações comerciais e trocas além de investimentos e integrações internacionais; maior acesso a serviços públicos; educação mais acessível e com condições mais duradouras e oportunas; inclusão social de grupos marginalizados; menor abuso de violência do Estado e das polícias comparada as autocracias; diminuição do desemprego em longo prazo com surgimento das classes médias e trabalhadoras; além rendimentos financeiros mais atraentes entre outros benefícios e retornos. O que prova essas questões em diferentes partes do planeta são os índices e registros realizados por órgãos como o Instituto IDEA e o Democracy Index da revista The Economist. Elas analisam em métodos comparativos com dados relevantes neste aspecto. Apresentam métricas econômicas, políticas, eleitorais, legais e sociais, além de relatórios de denúncia de infrações de base democrática como direitos humanos e regulação da violência. Estas instituições utilizam essas avaliações e técnicas mencionadas anteriormente e revelam certos padrões que podem ser analisados por contexto histórico.

Para ambas organizações, os recentes acontecimentos durante o século XX com os processos de democratização e redemocratização, revelam exemplos da eficiência democrática em resultados, como: o aumento das condições de vida com crescimento econômico duradouro e ganhos de direitos gerais; a ascensão de potências subdesenvolvidas como o Brasil, Índia e África do Sul entre as décadas de 1990 e os anos 2000; a grande mudança do passado europeu para a atualidade, especificamente na Alemanha e em Portugal; e os maiores índices de qualidade de vida nos países com maiores índices democráticos, no caso países nórdicos e escandinavos, Canadá, Nova Zelândia, Australia, Japão e Coreia do Sul, (Democracy Index, 2022) & (IDEA, 2022). A Democracia é tão essencial que prevalecem manifestações e ações de não violência, bastante defendidas por Martin Luther King Jr. e Mahatma Gandhi. Ela reduz intensamente, mas não elimina a violência, nem dentro da política. Declínios democráticos, como regimes iliberais, autoritários e totalitários, surgem por crescimento e valorização da violência política.

Se por um lado a violência em âmbito político destrói a Democracia, sendo um produto de sua crise e seu principal inimigo, é a Democracia forte que reduz a violência e fortalece o bom convívio, a melhoria de vida e mais educação, sempre ciclicamente incentivada e firme. O que vemos hoje é um cenário triste, ao mesmo tempo estressante e, em alguns momentos, assustador. A sociedade contemporânea enfrenta uma crise profunda de relações, corroída pela desconfiança, desequilíbrio de forças e busca incessante pelo poder, refletindo na fragilização das bases democráticas. Semelhante a períodos históricos sombrios, a atualidade testemunha um ressurgimento de lideranças simplistas que exacerbam a disfuncionalidade social. A crise democrática se alastra, enquanto a transformação digital, embora benéfica em aspectos, amplifica perigosamente a desinformação, o ódio e a ignorância, normalizando seu uso como armas de poder. A relativização dos fatos em prol das emoções e a fragmentação psicológica coletiva intensificam mundos paralelos e bolhas, com resultado de uma turbulência individual e coletiva sem precedentes. A ausência de diálogo e resposta entre indivíduos e coletividades, assim como no âmbito micro e macro, perpetua traumas e vitimizações que permeiam instituições, cultura e comunicação. Se a confiança e as regras que garantem a estabilidade acabam (bases abordadas por Maquiavel e Hobbes), a qualidade de vida de todos também viram alvos de processos e projetos de destruição. Então, em detalhes, o que fez com que esta ordem e credibilidade ruíssem? Para responder a esta pergunta, é preciso compreender causas primárias, secundárias e terciárias fundamentadas.

Causalidades explicam a dimensão, a ruptura da interligação infinita e como chegamos. Elas podem ser definidas em primeiro lugar como pré condições e princípios qualitativos e sociais (causas primárias), condições universais/analíticas e estruturais (causas secundárias) e momentos cíclicos (causas terciárias), discutidas pela Harvard Kennedy School Misinformation Review sobre desinformação, em dois artigos científicos de E. Wayne Ross e outro de Leonardo Avritzer e Lucio Rennó, e em quatro debates públicos realizados pelo jornalista Pedro Doria do Meio, no espaço Ponto de Partida. Das causas primárias ou pré-condições, podemos listar em três tipos de sub-crises: de espaço ambiente (crise socioeconômica ou de condições de vida); existencial (crises culturais, sociais e éticas); de tempo político (crises políticas, legais, institucionais e reciprocidade). Comecemos com a última sub-crise mais intensa e com consequências mais graves do que imaginam, a sub-crise temporal. Podemos dizer que a primeira sub-crise se baseia nos seguintes aspectos que podemos listar: o preconceito e a culpabilização socioeconômica sobre minorias e diferenças (nos aspectos do desemprego e da desindustrialização, assim como a influência econômica); desvalorização da psicologia do sentido de vida; na falta de apoio a questões pessoais; a incompreensão da natureza individualista humana; o colapso da verdade objetiva e da moralidade universal junto a excessos de relativização; o cansaço das bases liberais e progressistas; e a adoção de poder influente sem questionamento e no reordenamento de bases sociais problemáticas como a plutocracia, o antisemitismo, o racismo, o rentismo e o machismo.

A segunda sub-crise, a espacial, engloba uma série de questões, como: a desindustrialização e a falta de acompanhamento das novas revoluções industriais, a lentidão no avanço da tecno-verde agrícola e o novo aumento do protecionismo, a precarização do terceiro setor da economia e de seus empregos, o crescimento do desemprego e a instabilidade geracional no mercado de trabalho. Há também a falta de competitividade, um estag-inflacionismo global com baixos salários, a redução do PIB global e altos lucros não compartilhados, a informalidade e prejuízos provenientes de óticas econômicas e dogmáticas. Isso se reflete no aumento das condições métricas de pobreza e na desigualdade de riqueza, na diminuição do poder de compra e investimento em regiões mais pobres, no empobrecimento das classes médias e dos trabalhadores, na miséria emergente, além do crescimento de regulações e burocracias internacionais. Há ainda limitações para a criação de empresas, especialmente micro e pequenas, desvantagens regulatórias abusivas e uma visão mais política do que econômica para intervenções e regulações econômicas, o que traz impactos negativos. A globalização econômica revive disputas entre potências, fragilidade entre

unilateralismo e multilateralismo, esquecimento dos países pobres e o surgimento de novos atores diplomáticos fortes principalmente de países subdesenvolvidos. A falta de análises aprofundadas e de políticas públicas adequadas, e a ausência de uma abordagem mais estratégica na economia tornam ainda mais complexa essa crise espacial, somando-se aos interesses duvidosos em poder, como tamanho, eficiência, legalidade de políticas e decisões, e investimentos.

A terceira sub-crise, a existencial, é caracterizada por uma série de fatores multifacetados que afetam profundamente a sociedade. Em primeiro lugar as mudanças bruscas na cultura, impulsionadas pela globalização e multiculturalismo, que trazem tanto consequências positivas, como o compartilhamento e a união de culturas, quanto desafios negativos, incluindo preconceito e nacionalismo, e questionamentos sobre apropriação cultural e diminuição das tradições. A repressão da expressão, a falta de pluralismo e diversidade, o crescimento de minorias em busca de aceitação e inclusão social, e as diferenças crescentes entre zonas urbanas e rurais são elementos marcantes. Além disso, há uma desvalorização de religiosidades clássicas em contraste com a ênfase nas instituições e conexões carismáticas, e uma valorização materialista sem retorno ou significado transcendental. A falta de apreço pelas pequenas coisas, a ausência de humildade, o isolamento em bolhas sociais, a desvalorização da linguagem e a predominância de dogmatismos exacerbam a crise. Por último, também se enquadram os problemas relacionados a visão crítica e científica desvalorizada, a relativização ética e filosófica, os impactos dos processos digitais e informativos rápidos e não factuais, o consumismo desenfreado, a pressão das convenções sociais, e a não valorização dos aspectos psicológicos e mentais. (Avritzer & Renno, 2021), (Ross, 2020), (Doria, 2022), (Doria, 2022), (Doria, 2022), (Doria, 2023) & (Ognyanova; Lazer; Robertson; Wilson, 2020).

Após essas causas, vivenciamos os episódios de ascensão de governos totalitários, com o fortalecimento dos discursos de ódio e conspiração, eliminação de políticas públicas e conquistas socioeconômicas. Essa atmosfera influência em rachas sociais e o limbo no tempo político, porque mantemos as estruturas. O próprio problema do declínio e da agressividade mantém de maneira cíclica e retroalimentada o ambiente, que só será alterado com uma resposta também por via complexa, integrada, cíclica e retroalimentada. Em “Ciclos Econômicos”, Joseph A. Schumpeter prova a continuidade não linear da economia e da vida, e mostra os processos de inovação principalmente tecnológicos, como forma de crescimento e saída de crises. Revela também a falta de modernização em momentos estáveis

e de topo de ondas como responsáveis por crises (Schumpeter, 1939) Tanto sua investigação metodológica quanto sua argumentação cílica mostram exatamente, que tipo de profundidade, complexidade e infinito estamos imersos, e por que o olhar e a compreensão do todo e das partes se tornam fundamentais, por estarem interconectadas e em movimento. Com múltiplos olhares no infinitismo, permitimos não só sermos compreendedores de uma existência complexa de maneira resumida, mas também de um pensamento e uma visão crítica que utilizam e entendem as diversas óticas do mundo, que não se anulam por completo, mas que podem ser ambas válidas e questionáveis ou até mesmo complementares.

Em relação a violência política e sua conexão com a crise democrática, e o ciclo vicioso de realimentação, dados e artigos do *Center for American Progress* (CAP), *Brennan Center for Justice* e da própria *White House* revelam que não só existe uma conexão real do ressurgimento de grupos reacionários com atos de terrorismo, desregulação de porte e posse de armas, e atentados a escolas, como também em ataques antidemocráticos, tentativas de golpes e insurreições, como as vivenciadas nos Estados Unidos e no Brasil. A ameaça número 1 hoje, segundo a Casa Branca, em segurança nacional é o armamentismo ou o porte de armas, e a aplicação em atos de terrorismo doméstico e uso deliberado em locais públicos. A perplexidade é mostrada quando o patrocínio de atos antidemocráticos foi não apenas para grupos extremistas e contra a Democracia, mas de estrutura de complexo militar, escolas de tiro, indústrias armamentistas e até o National Rifle Association (NRA), em três relatórios das instituições (CAP, 2022), (Brennan Center for Justice, 2022) e (White House, 2022).

II. A VITIMIZAÇÃO E O TRAUMA DO MUNDO VIOLENTO ANTI-DEMOCRÁTICO

Devido à crise democrática, a violência política se tornou a principal consequência que fez com as sociedades civis e as instituições se tornassem vítimas. Estamos falando de danos psicológicos em relação as identidades e motivações de vida, quebra de vivencias e de confiança entre amigos e familiares, ameaças e violência física brutal, aceitação de cenas de horror sobre comportamento agressivos, além de um afastamento de ambiente de convivência importantes para relações sociais e coletivas que possam alcançar sustentabilidade e bem-estar social. Quando nossos valores, nossa forma de viver bem e livre são atacadas, ou seja, nossas condições de vida, os problemas se acumulam e somos afrontados inclusive no campo das

relações e informações, com exposição e ameaças a nossa existência. Isso nos faz vivenciar o trauma e a agonia.

Estudos de vitimização estão mais focados hoje em nível político e governamental em estudar alguns fenômenos e estruturas deste processo, como: instituições de governo, direitos humanos, jogo de interesses, e principalmente abuso de poder e autoritarismo. Podemos citar três tipos de casos de vitimização. Primeiro no Brasil, onde existem desafios de obter informações e de conscientização de vítimas de crimes, desastres ou risco coletivo, vivenciado. Em segundo lugar, em locais como os EUA, a vitimização ocorre recorrente por meio de danos econômicos e ambientais sobre áreas públicas, ou seja, danos ao patrimônio público. Por último, no passado os grandes regimes totalitários do século XX promoverão perseguição e regulações das mais abusivas contra propriedades privadas e empresas. Um artigo de Robert Elias argumenta sobre todas as formas de prejuízo a sociedade civil e suas instituições, e adiciona uma nova que é o desrespeito aos direitos humanos e socioeconômicos pelo sistema legal e governamental em diversos países. Essa forma é muito denunciada por organizações não governamentais ou pela mídia profissional, em guerras, terrorismo, negacionismo de pandemias, antisemitismo e racismo governamental, asilo político, crise aguda econômica, exploração de terras e do trabalho, refúgio e perseguição a imigrantes etc. (Elias, 1987).

Uma das mais recorrentes e que podemos citar como base da violência política são as formas de movimentos antidemocráticos. O caso das próprias instabilidades de situações de terrorismo doméstico e internacional em diversas partes do mundo coloca em risco governos e suas imagens, assim como guerrilhas, milícias ou grupos paramilitares, organizações criminosas e máfias. Podemos também citar o conflito diplomático e de segurança entre países como outro complicador, que influencia em desinformações e incitação ao ódio, como forma de profunda de vitimização e instabilidade social. A liberdade e o empoderamento de indivíduos e grupos diversos também é prejudicada quando falamos em alvos de narrativas acusatórias e persecutórias, principalmente em liberdade de expressão. Vimos também a distorção do próprio conceito, para ser usado por agressores como forma de legitimação do crime e do preconceito, sem se quer ampla discussão sobre o limite das liberdades quando afetam ou acabam com a liberdade do outro. Este aspecto inclusive é abordado pelo filósofo social liberal John Stuart Mill que argumentava como os pais fundadores dos EUA e diversos liberais nos séculos XVIII e XIX, que a liberdade é um direito, mas toda liberdade vem com uma responsabilidade, ou seja, deveres (Mill, 1859). Muitos se esquecerem

dos deveres e das bases que fortalecem o convívio, a liberdade, as leis e a Democracia. Listamos aqui as diversas formas de vitimização política.

Se não mudarmos, os atuais grupos e líderes implementarão o que no passado já foi adotado, na segregação antes do movimento de direitos civis nos EUA, ditaduras latino-americanas, os abusos e crimes da União Soviética, e o pior de todos o regime nazista. Os exemplos dos regimes totalitários nazifascistas descrevem um *modus operandi* perigoso e que apresentam total contrariedade e um projeto de destruição contra as democracias e os direitos estabelecidos. O nazifascismo das décadas de 1930 a 1945, foi caracterizado pela expansão do ultranacionalismo, de governos de tirania centralizada e uso da violência como resposta aos problemas sociais. Eles criticavam o socialismo e o liberalismo, defendiam a propriedade privada apenas de quem os apoiavam e controlavam a mídia e comportamentos. Utilizavam propaganda e violência, promoviam o culto ao líder acima do povo para consolidar o poder e perseguiam críticos. O antisemitismo e a perseguição ao povo judeu eram centrais em suas motivações e narrativas, com a defesa da superioridade de uma raça sobre outras, levando à perseguição e o extermínio de grupos minoritários. O nazismo e o fascismo buscavam a expansão territorial, manipulavam crises para ganhar poder e sustentavam a narrativa de que certas comunidades eram responsáveis pelos problemas sociais e econômicos. O nazismo e Hitler foram devastadores para a democracia, desmantelando as instituições democráticas da Alemanha e estabelecendo um regime totalitário que eliminou liberdades e a oposição. A comunidade judaica enfrentou uma perseguição horrível, sendo alvo de discriminação sistemática, violência e, por último, a Shoá ou o Holocausto, resultando no assassinato de seis milhões de judeus. Suas vidas foram dilaceradas, famílias desfeitas, imigração em massa e o patrimônio cultural quase aniquilado. Para a população em geral, a qualidade de vida despencou sob o regime nazista devido à censura rígida, turbulência econômica, militarização e à erosão dos direitos humanos básicos. O medo, a opressão e a perversão do poder estatal levaram a um sofrimento generalizado, criando um capítulo sombrio na história que ressoa como um alerta contra a intolerância e o totalitarismo.

Perante estas circunstâncias, fica claro que somos vítimas de uma narrativa de extremistas, do sequestro de mentes, e de extensa desinformação que quebra ou relativiza valores e fundamentos, nos separando e impulsionando nossos piores sentimentos e ações. Somos vítimas também do tempo político e dessas condições, que são direcionadas e realimentadas por líderes e cultos para manterem no jogo político sem consequências legais, e as populações mantidas sobre culturas odiosas, de radicalização dogmática

e reacionarismo. Claro que muitos estão inconscientes e não preparados pelas mudanças bruscas sociais porque se sentiram vítimas e reagem no sentido de se defenderem, porém geram outras vítimas. Temos assim, formas infinitas e prejudiciais de perseguição e ódio por via das diferenças políticas e de identidades, evitando a construção das sociedades plurais e diversas, e fortalecendo processos de revitimização. Por fim, a falta de eficiência em políticas públicas e nos processos políticos fragilizaram as condições e permitiram a vinda da crise democrática e suas apropriações. Agora são expandidas a ponto de uma enorme e mais brusca redução da qualidade de vida, questão apresentada pelo professor da UC Berkeley e ex-secretário americano do Trabalho Robert Reich, quando aborda a desigualdade social e de riqueza aumentada, e a extensa história das últimas décadas na qual pobres e a classe média estão mais pobres, e os ricos mais ricos (Reich, 2023).

III. OBSTÁCULOS E ESTRATÉGIAS PÚBLICO-PRIVADAS E SOCIAIS

Com o panorama bem-organizado, podemos aqui falar diretamente o que indivíduos, grupos de pessoas, instituições públicas e de governo, organizações e corporações que estão vivenciando, de maneira específica e geral, podem adotar como soluções e estratégias. Lembrando que essas respostas não são definitivas, e fazem parte de um debate amplo, contínuo, construtivo, e principalmente infinito.

Ao longo dos últimos anos empresas e instituições privadas confrontam não apenas problemas na área de gestão de pessoas e mercado de trabalho, mas também de imagem, direcionamento a consumidores e sociedade civil, bem como na maneira de ser posicionarem num mundo complexo e em rápida mudança. A situação das relações torna-se mais calamitosa quando falamos do capital social, representação e relações governamentais. Mesmo diante de diversas dificuldades, há muitas oportunidades de buscar espaço em soluções públicas em conjunto com governos, além da ascensão de organizações não governamentais e entidades de classe, como formas de ocupar a lacuna deixada pela ausência do Estado ou auxiliar na implementação de políticas públicas. No entanto, dentro dos debates públicos e da área de comunicação e relacionamento interpessoal, empresas não percebem riscos e erros, ou até necessidades relevantes de defesa de seus legados contra regulações abusivas e persecutórias. Os casos são diferentes se analisarmos grupos 1, 2 e 3.

O grupo 1, representado por um grupo de comunicação e por uma

corporação produtora de entretenimento, sofreram perseguições políticas tanto no campo da liberdade de imprensa como em tomada de posições e licença de propriedade privada. Seus casos representam situações persecutórias. Provaram as desconfianças sobre agentes públicos que prejudicaram suas atuações e imagens por meio do trabalho e souberam buscar na jurisprudência seus direitos. O grupo 2, representado por uma gigante de tecnologia digital e uma farmacêutica, podem ser classificados dentro de casos intermediários. Por um lado, realizaram ações incorretas ao confrontarem instituições públicas por meio de descontextualizações e pressões em relações governamentais abusivas, além de precificações questionáveis. Porém, ao longo do percurso, emitiram comunicados públicos assumindo responsabilidade por posições ruins e mostrando pelo capital social, contribuições de grande valor, se redimindo de suas ações. No caso do grupo 3, as empresas de comunicação e uma corporação dona de rede social, assumiram total risco ao tomarem a decisão de cometerem perante seus regimes legais, prejuízos ao Estado Democrático de Direito, a fatalidade informacional, a benefícios financeiros sem critérios de aplicação, e a defesa por práticas antidemocráticas. Assim, vivenciam processos judiciais dos quais estão perdendo. Com os três exemplos, fica claro que tipo de comportamento instituições privadas devem apresentar em suas relações sociais, culturais e políticas.

Mesmo que haja problemáticas da falta de Estado ou da existência de regulações abusivas, condições que revelam as fragilidades do Estado, é fato que tanto empresas quanto governos devem existir, e no caso das instituições públicas com equilíbrio. Isso decorre quando governos são presentes em comunidades marginalizadas para responder crises, sabem promover regulações eficientes e serviços fundamentais para a estabilidade, e conhecem e agem para estabelecer limite regulatório e de ações que fogem das condições plausíveis de gerenciamento com uso de ferramentas existentes e criteriosas metodologias de políticas públicas. Governos e instituições públicas devem compreender suas próprias limitações e aspirações diante de tamanha dificuldade e instabilidade. Esses princípios garantem sempre estabilidade. Outros fundamentos cruciais estatais são a busca pela eficiência, análise de retornos, transparência, consultas públicas, contratação e inclusão diversa e participativa, além de comportamento ilibado e sem interesses questionáveis de seus agentes. No caso de lideranças e políticos, a valorização de seu trabalho começa pelo estadismo, espírito público e republicano, capacidade de negociar e persuadir, saber construir consensos e alianças, ceder ou apresentar soluções e concessões, e endossar sempre os códigos democráticos, ao mesmo tempo em que entendem o

tempo político que se encontram. Não é à toa que políticos e governantes devem ter um foco consagrado nisso para que também não sejam reféns de uma onda de antidemocracia dentro de seus partidos e apoiadores. Por isso, Dr. Levitsky e Dr. Ziblatt dizem que as três condições para estabilizar democracias vêm dos partidos políticos e de seus eleitores, que precisam: rejeitar atores e pensamentos antidemocráticos e extremistas ou populistas; eliminar qualquer uso indiscriminado da violência ou de tentativas de abuso ou ameaças às instituições; e respeitar os resultados eleitorais justos e livres (Levitsky & Ziblatt, 2023). Isso deve ser considerado ao mesmo tempo em que as constituições, as instituições eleitorais, os funcionários públicos e mesmo os freios e contrapesos junto ao Estado Democrático de Direito sejam sempre respeitados. Isso favorece a checagem do Judiciário e da justiça em cada país, como guardas legais. A responsabilidade do Judiciário agora está na defesa da permanência democrática e da aplicação da lei, caso crimes contra a Democracia ocorram. Vemos bons exemplos disso no Brasil.

Já os sistemas políticos de ordem Democrática Liberal, prevalecem por certas características que reforçam a necessidade da valorização de princípios e comportamentos. O cientista político David Mayhew no livro “Congress: The Electoral Connection”, após longas análises sobre o comportamento de legisladores nos EUA, percebeu que a maior motivação dos parlamentares e políticos são as eleições e ser reeleito, um benefício/feedback e incentivo do trabalho que realizam. Mayhew também argumenta que o próprio congresso fortalece aqueles que também que são incumbentes ou que estão no poder, dando mais oportunidades e apoio interno mútuo. Adicionalmente, o cientista político Kenneth A. Shepsle apresenta no livro “The Changing Textbook Congress” que, com a mudança dos modelos de congresso e eleições legislativas, houve um aumento significativo na distância entre os posicionamentos e ideologias entre os partidos e os eleitos dos dois espectros. O resultado é um congresso e uma política cada vez mais polarizada e radicalizada, por preferências e não conhecimento técnico na política. Também, os líderes dos partidos se fortaleceram nesse novo clima. O eleitor também ganhou mais poder e se polarizou, pois quer decidir mais e ver mais entrega dos próprios representantes. Shepsle ainda revela algo já mencionado por Madison, na qual o desenho do sistema tende a o trabalho, tomada de decisões e o voto no ambiente legislativo em consensu de maioria mínima, ou seja, decisões chaves são sempre centristas, algo positivo para própria resiliência democrática (Mayhew, 1974; Shepsle, 1989). O que podemos tirar destes autores é que mesmo com o conforto dos cargos políticos, o eleitor ainda tem força sobre as decisões, sendo responsável pelas condições políticas. Mas também o sistema impõe retornos saudáveis, como

por exemplo, obrigam os representantes eleitos a trabalharem arduamente para mostrarem aos eleitores que merecem seu voto. O legislativo permanece sendo o poder mais poderoso. Todavia, jamais pode exercer pressões sem que haja ganho público ou que a causa não seja aplicada, seja em projetos de lei ou em decisões de impeachment.

Para os presidentes e poderes executivos, a atenção é a mais relevante. Presidentes devem compreender como ninguém o tempo político que se encontram e seus próprios limites, nas relações governamentais com diversas partes da sociedade, em políticas públicas ao definir métodos e focos, no comportamento político e de representação de liderança, ou até com a população na forma de comunicar e organizar todas as expressões e formas de resposta. Devem sim desenvolver a potência e presença de sua força por suas capacidades de execução, implementação e apresentação, exercendo-as conectadas à população com mais canais de consulta representativa e pública. No livro “The Politics of the Presidency” de Joseph A. Pika, Andrew Rudalevige e John A. Maltese, é apresentado que os chefes de Governo e Estado devem saber seus limites e seus deveres como ninguém, pois são os maiores transformadores da qualidade de vida pelo fortalecimento em resolver crises, dar exemplos, unificar sociedades nacionais, representar sociedades de maneira uniforme em valores, planejar projetos de país e apresentar pautas nacionais (Pika, Rudalevige & Maltese, 2020).

A distorção de suas atribuições pode inclusive deformar o uso da violência institucional e a conduta questionável das próprias que as servem, como as forças armadas e militares, das quais sempre devem, além de respeitar a constituição, entender seu papel comunitário, defensivo e de estado, e não político. A defesa legalista deve sempre vir em primeiro lugar. Para agências e ministérios, os burocratas precisam saber traduzir os aspectos técnicos para todos, e mostrar o impacto e conexão humana e social de suas iniciativas, muitas vezes não compreendidas pela sociedade civil. A representação diversa também deve ser foco, para que políticas públicas sejam analisadas em diferentes contextos e perspectivas, considerando impactos não pensados. E no aspecto psicológico da sociedade civil?

Quando focamos em saúde mental no século XXI, falamos dos desafios do incentivo pessoal e coletivo. Podemos observar um desgaste em relação as formas de viver e encontrar a motivação e fé, em todo planeta. Vários aspectos do cotidiano e dos grupos prevalecem, como a relativização popular das terapias, da saúde e da psiquiatria e psicologia, mesmo com o crescimento de diagnósticos importantes e novas descobertas aplicáveis a

todos. Questões como por exemplo ansiedade são mais comuns, e muitas vezes piorados no desequilíbrio de situações difíceis e inevitáveis da vida junto a perda de significados. A fragilidade do ser humano ocorre pela falta de compreensão sobre impermanência, resiliência, contradições, complexidades e principalmente de sentido de vida. A busca se torna mais comum hoje para eliminar sofrimentos por livros de autoajuda, coaches e religiosidades carismáticas, por posts em redes sociais e falta de espaços de convívio. O mais importante argumento de resposta por equilíbrio está na abordagem do criador da terapia do sentido de vida ou logoterapia, o psicólogo e escritor *Viktor E. Frankl*. Em seu livro “Em Busca de Sentido- Um Psicólogo no Campo de Concentração”, Frankl relata que, a partir da sua vivência horrível em Auschwitz no episódio Shoá (Holocausto), na qual 6 milhões de judeus foram mortos (em câmara de gás, tortura, sequestro e genocídio industrial), ele descobriu em sua experiência psicológica comparada a outros sobreviventes, que os resistentes acabavam superando as condições degradantes e terríveis, graças a um sentido de vida estabelecido em suas mentes. Uma motivação fortalecia estes nos momentos mais instáveis, para acreditarem que um dia não estariam mais lá e que poderiam alcançar seus sonhos, objetivos e uma vida melhor após o campo. Ele descobriu isso realizando observações e terapias lá, das quais serviram como base de seu livro. Com esse relato, ele sobreviveu ao horror vivido e foi o fundador de uma das psicoterapias mais importantes da história (Frankl, 1946). O que podemos tirar dessas condições é que ter um sentido de vida nunca foi tão fundamental para estarmos serenos, corajosos e resilientes diante dos desafios, traumas e tragédias. A falta de um objetivo significa perder a crença em viver e não ter nada que dê significado ou sustentação para fazer com que continuemos a permanecer e experimentar a vida.

Para a própria estabilidade dos indivíduos e coletivos é fundamental, mesmo que esse objetivo seja religioso, lógico, familiar, emocional, moral ou uma lembrança de um trauma que se transforme em motivação e reação positiva para outros que possam ter vivenciado um caso similar. Exemplos clássicos das duas últimas formas são vítimas que atuam em ação social e atendem outras vítimas da mesma situação vivida, e a história do herói-personagem fictício Batman (principalmente neste aspecto psicológico no grande filme “A máscara do Fantasma” de 1993), em que seu trauma levou Bruce Wayne a adotar a luta como vigilante, com seu código moral e motivação mesmo sem acreditar na sua própria felicidade, como um dever e um destino de salvar Gotham City, uma promessa aos próprios pais por justiça. Se compreendemos soluções individuais, também precisamos de maneira coletiva. Então, de maneira geral, qual a condição e resposta política

e social ao problema?

A solução para a crise democrática e a violência política deve ser pensada no campo da ultra democratização e do desenvolvimento educacional. Democratizar a Democracia, argumento aplicado por vários cientistas políticos, como também recentemente abordado no novo livro “Como salvar as Democracias” de Dr. Levitsky e Dr. Ziblatt, revelam algo já adotado em países mais estáveis na crise atual (Levitsky & Ziblatt, 2023). O que significa Democratização da Democracia junto aos processos educacionais, institucionais e existenciais, seria uma reforma expansiva da experiência e do processo institucional da democracia, fortalecendo tanto o progresso da educação como também das instituições com focos gerais em: representatividade, eficiência, transparência, compreensão crítica e inclusiva geral, saúde mental, consciência política e democrática, práticas e estruturas saudáveis organizacionais e convivência harmônica. Isso inclui diferentes modelos democráticos e a valorização tanto da representação de minorias como também do papel de técnicos e especialistas em suas áreas. Ou seja, olhar total na melhoria do comportamento político, ascensão social, ampliação pluralista e descentralização do poder, e profissionalização e aplicação técnica adequada e transparente das políticas públicas. A reforma deve abordar problemas como qualquer estrutura partidária nacional frágil e a importância da universalização das ciências políticas para compreender influências ideológicas no voto.

As mudanças administrativas e institucionais buscam instituições eficientes, inclusão na política e credibilidade governamental, enquanto a reforma educacional propõe uma educação especializada e acessível respeitando e não desimplementando padronizações nacionais, valorizando processos educativos e seus profissionais, e a união entre escola e família na prática saudável de ensino. As instituições educativas devem pluralizar e diversificar suas bibliografias e seus conteúdos, criar espaços de inclusão e trocas de posições diversas e debates amplos. Há também em nível social, a necessidade de revisão do modelo de trabalho especializado, ações de autogovernança e a promoção de locais de socialização para diferentes grupos. Outra frente de ação envolve legislações e os processos judiciais contra desinformação, terrorismo, corrupção e discursos de ódio. Exemplos disso são o combate aos ataques antidemocráticos no Brasil e nos Estados Unidos em diversas cortes, e as condenações eleitorais realizadas pela Justiça Eleitoral Brasileira, além da importância da independência de instituições eleitorais, novas leis sobre uso de algoritmos e registros de contas em redes sociais implementadas na União Europeia nos últimos anos. Por

fim, lideranças e espaços devem dar a oportunidade para que indivíduos compreendam a complexidade que vivem, o infinitismo presente em todos os aspectos da vida, de maneira construtiva e adaptável.

CONCLUSÃO

A Democracia, sem dúvida, é o melhor regime constituído, que mais rendeu desenvolvimento, estabilidade, liberdades, inclusão social, respeito e empoderamento de todos os seres humanos. O bem-estar social, a permissão do livre debate de ideias e a justiça são alcançados graças à Democracia. Então, ao invés de criticarmos aqueles que enriquecem o modelo de existência e relações que vivemos, mesmo que haja suas imperfeições e problemáticas envolvidas no processo de evolução de soluções e visões, a Democracia, como soberania popular, é vital, pois o sistema é o primeiro a valorizar dos excluídos históricos e as pessoas mais pobres, formar classes médias, fortalecer a participação de todos com seus potenciais. Tudo isso garante a melhoria na qualidade de vida de todos, e dados socioeconômicos provam isso em cada Democracia existente. Devemos usar dessa força democrática para resolver a própria complicação que se encontra. É correto inclusive dizer que esta crise (da Democracia) é cíclica, assim como em seu meio. Representação, educação engrandecedora, estruturas estáveis e justas, e maior espaço da Democracia, além de uma série de micro e macro mudanças e respostas, fortalecem ela mesma e cada indivíduo que participa dela, que terá sua voz ouvida e permitida, e sua condição de existência e busca por direitos assegurados e maior qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓFANES & PLATÃO. **Four Texts in Socrates**. Quatro Textos de Sócrates. West, T.G. & West, G.S. Edição Revisada. Cornell University Press, 1998.
- AVRITZER, L. & RENNO, L. The Pandemic and the Crisis of Democracy in Brazil. A Pandemia e a Crise da Democracia no Brasil. **Sage Journal, Journal of Politics in Latin America**, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1866802X211022362>. Acesso em: 12 nov 2023
- BRENNAN CENTER FOR JUSTICE, **Protests, Insurrection, and the Second Amendment**. Protestos, Insurreição e a Segunda Emenda. Disponível em: <https://www.brennancenter.org/our-work/protests-insurrection-and-second-amendment>. Acesso em: 30 nov 2023.
- CENTER FOR AMERICAN PROGRESS. **Guns Are Fueling the Rise in Domestic**

Extremist Violence Across the Country. Armas estão Impulsionando o Crescimento do Violência Extremista Doméstica pelo País. Disponível em: <https://www.americanprogress.org/article/guns-are-fueling-the-rise-in-domestic-extremist-violence-across-the-country/>. Acesso em: 02 dez 2023.

DEMOCRACY INDEX. **EIU Democracy Index** 2022. EIU Index da Democracia em 2022. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2022/>. Acesso em: 05 dez 2023.

ELIAS, R. The Politics of Victimization: Victims, Victimology, and Human Rights. A Política da Vítimização: Vítimas, Vítimologia e Direitos Humanos. **Oxford University Press**. New York, 1986. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/canhry1987&div=12&id=&page=>. Acesso em: 02 dez 2023.

FRANKL, D.E. **Em Busca de Sentido**- um Psicólogo no Campo de Concentração. 1946. 1^a Edição. Editora Vozes. 1991.

HUNT, E. **História do Pensamento Econômico**. 1979. 3^a Edição. Editora GEN Atlas. 14 de dezembro de 2013.

IDEA. **Global State of Democracy Report 2022: Forging Social Contracts in a Time of Discontent.** Relatório 2022 do Estado Global da Democracia: Forjamento dos Contratos Sociais em Tempos de Discordâncias. Disponível em: <https://www.idea.int/democracytracker/gsod-report-2022>. Acesso em: 07 dez 2023.

JOURNAL OF DEMOCRACY. **Is Democracy in Decline?** A Democracia está em Declínio? Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/news-and-updates/is-democracy-in-decline/>. Acesso em: 05 dez 2023.

JOURNAL OF DEMOCRACY. **Democracy and Political Violence.** Democracia e Violência Política. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/news-and-updates/democracy-violence-and-the-politics-of-enemies/>. Acesso em: 05 dez 2023.

KANT, I. **The Metaphysics of Morals.** A Metafísica dos Costumes. 1797. 2^a Edição. Cambridge University Press. 12 de outubro de 2017.

KEYNES, J.M. **As Consequências Econômicas para Paz.** 1919. Clássicos IPRI. Editora UnB. São Paulo, 2002.

LEVITSKY, S. & ZIBLATT, D. **Como as Democracias morrem.** 1^a Edição. Editora Zahar. 2018.

LEVITSKY, S. & ZIBLATT, D. **Como Salvar a Democracia.** 1^a Edição. Editora Zahar. 2023.

MADISON, J., JAY, J. & HAMILTON, A. **The Federalist Papers.** O Federalista. Library of Congress. Disponível em: <https://guides.loc.gov/federalist-papers/full-text>. Acesso em: 01 dez 2023.

MAYHEW, D. **Congress**: The Electoral Connection. Congresso: A Conexão Eleitoral. 2ª Edição. Yale University Press. 10 de novembro de 2004.

MILL, J.S. **On Liberty**. Sobre a Liberdade. 1859. Editora Batoche Books. Kitchener, Ontario, Canada. 2001.

OGNYANOVA, Katherine; LAZER, David; ROBERTSON, Ronald D.; WILSON, Christo. Misinformation in action: Fake news exposure is linked to lower trust in media, higher trust in government when your side is in power. Desinformação em Ação: Fake News está linkada à confianças menores para Mídia e menores para Governos dependendo de quem está em Poder. **Harvard Kennedy School Misinformation Review**. 2 de junho de 2020. Disponível em: <https://misinforeview.hks.harvard.edu/article/misinformation-in-action-fake-news-exposure-is-linked-to-lower-trust-in-media-higher-trust-in-government-when-your-side-is-in-power/>. Acesso em: 22 nov 2023.

PIKA, J.A, MALTESE, J.A. & RUDALEVIGE, A. **The Politics of the Presidency**. A Política da Presidência. 9ª Edição Revisada. Sage. CQ Press. 2018.

PLATÃO. **A República**. AC. Editora Principis. 2021.

PONTO de Partida. **Como explicar a explosão de 2013?** Direção: Pedro Doria. Produção: Pedro Doria. Roteiro: Pedro Doria. Gravação de Pedro Doria. Youtube: Canal Meio, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UdKv9y-ChMo>. Acesso em: 1 dez. 2023.

PONTO de Partida. **O Fascismo se Apresenta**. Direção: Pedro Doria. Produção: Pedro Doria. Roteiro: Pedro Doria. Gravação de Pedro Doria. Youtube: Canal Meio, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YREBlguyRWo&list=PLoqCk3g6WofVALrp8yeZSM2I-ghun8Yt&index=175&t=470s>. Acesso em: 01 dez 2023.

PONTO de Partida. **Bolsonaro é a Venezualização do Brasil**. Direção: Pedro Doria. Produção: Pedro Doria. Roteiro: Pedro Doria. Gravação de Pedro Doria. Youtube: Canal Meio, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IkQE_RRBbZQ. Acesso em: 01 dez 2023.

PONTO de Partida. **Liberal com Bolsonaro é um tipo de Terraplanista**. Direção: Pedro Doria. Produção: Pedro Doria. Roteiro: Pedro Doria. Gravação de Pedro Doria. Youtube: Canal Meio, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0EJOc0Sj7F0>. Acesso em: 01 dez 2023.

ROSS, E.W. **The Problem of Democracy in the Time of Trump**. O Problema da Democracia nos Tempos de Trump. Educazione Aperta, 2019. Disponível em: https://www.educazioneaperta.it/media/files/EA_6_2019.pdf#page=139. Acesso em: 24 nov. 2023.

SCHUMPETER, J.A. **Business Cycles**: A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process. Ciclos Econômicos. 1939. Volume 1. Editora Martino Fine Books.

25 de Janeiro de 2017.

SHEPSLE, K.A. **The Changing Textbook Congress** — In Can Government Govern? O Modelo Guia do Congresso Alterado- O Governo conseguirá Governar? Editora Brookings. Washington, DC. 1989.

SKOWRONEK, S. **Presidential Leadership in Political Time**. Liderança Presidencial no Tempo Político. 2^a edição revisada e expandida. University Press of Kansas. 2008-2011

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. 1776. Editora 3^a Edição. Nova Fronteira. 1º de Maio de 2017.

SPINOZA, B. **Ética**. 1677. 1^a Edição. Editora Autêntica. 2020.

TRE-SP. **Democracia**: Eleições Livres, Justas e Regulares são Elemento-Chave. 2023. Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Setembro/democracia-eleicoes-livres-justas-e-regulares-sao-elemento-chave>. Acesso em: 01 nov 2023.

WEALTH and Poverty: What's Happened to Income & Wealth- Wealth and Poverty. RIQUEZA e Pobreza: O que aconteceu com a Renda e a Riqueza. Aula: Professor Robert Reich. Produção: University of California Berkeley e Inequality Media. Youtube: Canal do Robert Reich. 7 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1f2blKai7HA>. Acesso em: 10 nov 2023.

WHITE HOUSE. **National Strategy for Countering Domestic Terrorism**. Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo Doméstico. 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/06/National-Strategy-for-Countering-Domestic-Terrorism.pdf>. Acesso em: 15 Out 2023.

